



Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH - Hospital Regional do Marajó (CNPJ 23.453.830/0004-12) exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS - Método Indireto		
	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022	2023	2022
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equival. de caixa	4	4.893.486	2.575.852	Receitas Operacionais				
Estoques	6	486.378	761.322	Serviços prest. pac. SUS	54.059.604	51.110.441		
Outros créditos		466.291	474.980	Receita COVID	2.181.915	-		
Despesas antecipadas		3.947	5.055	Receita Líquida	56.241.519	51.110.441		
Contratos de gestão	3m	15.031.433	-	Custos				
Total do Ativo Circulante		21.241.535	3.817.209	Serviços de terceiros	(27.927.938)	(26.169.469)		
Não Circulante								
Depósito judicial	13	316.505	316.505	Pessoal e encargos	(13.165.014)	(12.887.086)		
Contas a receber	5	6.694.453	6.694.453	Materiais e medicamentos	(7.242.132)	(6.128.180)		
Imobilizado – Próprio	7a	598.200	413.296	Superávit operacional	7.906.435	5.925.706		
Imobilizado - Contrato de Gestão	7b	1.617.789	2.245.955	Despesas				
Total do Ativo não Circ.		9.226.767	9.670.209	Pessoal e encargos	(3.291.254)	(3.221.771)		
Total do Ativo		30.468.302	13.487.418	Imp., taxas e contrib.	(10.563)	(14.992)		
PASSIVO E PATRIM. SOCIAL								
Circulante								
Fornecedores	8	5.929.453	3.983.983	Depreciação/amortização	(443.442)	(409.897)		
Obrigações trabalhistas	9	2.599.880	2.298.312	Desp. gerais e admin.	15	(4.848.964)	(5.489.415)	
Obrigações sociais	10	427.586	327.622	Deficit Antes do Res. Fin.	(687.788)	(3.210.369)		
Obrigações fiscais		315.242	217.897	Financeira Líquidas				
Outras contas a pagar	11	392.620	189.152	Despesas financeiras	(116.650)	(92.961)		
Partes relacionadas	12	252.853	145.582	Receitas financeiras	22.064	153.616		
Contratos de gestão	3m	15.031.433	-	Deficit antes de Outras Desp e Rec.	(782.374)	(3.149.714)		
Total do Passivo Circ.		24.949.067	7.162.548	Outras Despesas e Receitas				
Não Circulante								
Partes relacionadas	12	41.840	1.200.000	Doações e subvenções	-	367.242		
Receitas diferidas	14	1.996.629	2.335.681	Outras receitas e despesas	273.951	-		
Total do Passivo não Circulante		2.038.469	3.535.681	Deficit do Exercício	(508.423)	(2.782.472)		
Patrimônio Social				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Patrimônio Social	3k	3.989.189	5.571.661	Patrimônio Social	5.804.007	47.385	5.851.392	
Deficit acumulado		(508.423)	(2.782.472)	Incorp. ao Patr. Social	47.385	(47.385)	-	
Total do Patrimônio Social		3.480.766	2.789.189	Ajustes Patrimoniais (279.731)	-	-	(279.731)	
Total do Passivo e Patrimônio Social		30.468.302	13.487.418	Deficit do exercício	-	(2.782.472)	(2.782.472)	
				Saldos 31/12/22	5.571.661	(2.782.472)	2.789.189	
				Incorp. ao Patr. Social	(2.782.472)	2.782.472	-	
				Transfer. (Nota 3k)	1.200.000	-	1.200.000	
				Deficit do Exercício	-	(508.423)	(508.423)	
				Saldos 31/12/23	3.989.189	(508.423)	3.480.766	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL a. Objetivos Sociais Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRRM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrias, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos diagnósticos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. **b. Contrato de Gestão** O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2022, vigente até 21/03/2024. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2º: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. **c. Deficit do Exercício de 2023** Em 2023 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação do deficit na ordem de R\$ 508.423 no exercício. Como consequência, o Hospital apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$3.707.532 em 31 de dezembro de 2023. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a. Declaração de Conformidade Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que

não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 11 de Março de 2024. **c. Base de Mensuração** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado e Reconhecimento e Mensuração** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %

Aparelhos Med. e Cir.	10%
Beneficentárias	10%
Instalações	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Movéis e Utensílios	10%
Movéis e Utensílios Hosp.	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais** A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Deficit** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes

Continua..

Continuação..			Contratos de gestão		8.692.606	-			
quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. Patrimônio Líquido Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio social é de R\$ 3.989.189 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.571.661). Foi realizada a incorporação no valor de R\$ 1.200.000, em decorrência de não haver necessidade de devolução dos recursos ao Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação, conforme a anuência da SESP. l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. Contratos de Gestão Em 2023, a Administração da Hospital concluiu os estudos sobre a base dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão adotados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil. Para fins de evidência, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.			Total do Passivo Circul. Não Circulante		15.855.154	7.162.548			
			Partes relacionadas		1.200.000	1.200.000			
			Receitas diferidas		2.335.681	2.335.681			
			Total do Passivo não Circ.		3.535.681	3.535.681			
			Patrimônio Social						
			Patrimônio social		5.571.661	5.571.661			
			déficit exercício / período		(2.782.472)	(2.782.472)			
			Total do Patrimônio Social		2.789.189	2.789.189			
			Total do Passivo e Patrim. Social		22.180.024	13.487.418			
			4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA						
			2023		2022				
			Caixa em espécie		1.000	1.000			
			Banco conta movimento		6.467.683	2.050.903			
			Aplic. financ. de liquidez imediata		244.803	523.949			
			Total		4.893.486	2.575.852			
			As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.						
			5. CONTAS A RECEBER		Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 01/08/2024.				
			2023		2022				
			Contrato de gestão 038/2015 - SESP (i)		6.694.453	6.694.453			
			Total		6.694.453	6.694.453			
			(i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.						
			Aging List		2023	2022			
			A vencer		-	-			
			De 31 a 60 dias		-	-			
			De 61 a 90 dias		-	-			
			De 91 a 180 dias		-	-			
			De 181 a 360 dias		-	-			
			+ de 360 dias		6.694.453	6.694.453			
			Total		6.694.453	6.694.453			
			6. ESTOQUES		2023	2022			
			Drogas e medicamentos		251.178	217.765			
			Materiais de uso do paciente		282.822	226.796			
			Gases medicinais		106.630	128.383			
			Materiais de manutenção		39.822	60.210			
			Limpeza e higienização		45.457	52.440			
			Materiais de exped. e impressos		21.718	23.164			
			Combustível gerador/GLP		4.847	5.420			
			Dietsas enterais e parenterais		18.943	7.555			
			Equipam. de proteção individual		11.912	7.851			
			Gêneros alimentícios		29.163	9.925			
			Materiais de laboratório		57	57			
			Materiais radiológicos/imagens		7.025	8.294			
			Demais materiais		26.804	13.462			
			Total		846.378	761.322			
			Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.						
			7. IMOBILIZADO: a. Próprio						
			Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Instrumentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios Hosp.	Móveis e Utens. Hosp.	Total	
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldo inicial			3.151	11.275	8.546	64.914	7.704	20.760	116.350
Aquisições			-	-	-	63.099	2.687	-	65.786
Transferências			-	-	-	257.464	-	-	257.464
Baixas			-	-	-	-	-	-	-
Depreciação			(1.311)	(1.806)	(1.561)	(13.564)	(2.045)	(6.017)	(26.304)
Saldo contábil líquido			1.840	9.469	6.985	371.913	8.346	14.743	413.296
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial			1.840	9.469	6.985	371.913	8.346	14.743	413.296
Transferências			-	-	-	257.464	-	-	257.464
Depreciação			(1.421)	(1.957)	(1.691)	(58.763)	(2.390)	(6.518)	(72.740)
Saldo contábil líquido			419	7.512	5.294	570.614	5.956	8.225	598.020
			b. Contrato de Gestão						
			Benefitorias	Instalações	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Hosp. em Andam.	Obras	Total
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldo inicial			21.258	380.759	1.883.524	8.612	70.855	362.005	2.727.013
Aquisições			-	-	160.000	-	-	-	160.000
Transferências			-	-	(257.464)	-	-	-	(257.464)
Baixas			-	-	-	-	-	-	-
Depreciação			(4.119)	(42.191)	(311.918)	(6.455)	(18.910)	-	(383.593)
Saldo contábil líquido			17.139	338.568	1.474.142	2.157	51.945	362.005	2.245.955
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial			17.139	338.568	1.474.142	2.157	51.944	362.005	2.245.955
Aquisições			-	-	-	-	-	-	-
Transferências			-	-	(257.464)	-	-	-	(257.464)
Baixas			-	-	-	-	-	-	-
Depreciação			(4.463)	(45.706)	(297.890)	(2.157)	(20.486)	-	(370.702)
Saldo contábil líquido			12.676	292.862	918.788	-	31.458	362.005	1.617.789
			8. FORNECEDORES		2023	2022			
			Materiais e medicamentos		1.950.080	1.111.783			
			Serviços		1.065.062	731.682			
			Serviços médicos		1.847.483	1.793.868			
			Diversos		1.066.828	346.650			
			Total		5.929.453	3.983.983			
			9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		2023	2022			
			Ordenados e salários a pagar		1.099.687	869.388			
			Provisão férias		1.389.070	1.323.080			
			Provisões FGTS s/férias		111.123	105.844			
			Total		2.599.880	2.298.312			
			10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS		2023	2022			
			INSS a recolher		127.792	93.422			
			FGTS a recolher		158.502	130.511			
			IRRF s/ folha a recolher		134.886	97.345			
			Contr. sindical		6.406	6.343			
			Total		427.586	327.622			
			11. OUTRAS CONTAS A PAGAR		2023	2022			
			Adiantamento de clientes		279.658	170.143			
			Seguros a pagar		-	1.434			
			Total		279.658	171.577			
			Outras		23.607	17.575			
			Verba piso salarial da enfermagem (i)		89.355	-			
			Total		392.620	189.152			
			(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.						
			12. PARTES RELACIONADAS		2023	2022			
			Passivo						
			SEDE ADMINISTRATIVA		252.853	145.582			
			Total Circulante		252.853	145.582			
			CIIR (nota 3k)		-	1.200.000			
			SEDE ADMINISTRATIVA		41.840	-			
			Total Não Circulante		41.840	1.200.000			
			13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITO JUDICIAL						
			A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:						
			Possível		2023	2022			
			Cível		3.167.401	1.546.680			
			Trabalhista		240.000	240.000			
			Total		3.407.401	1.786.680			
			A Entidade manteve o montante de R\$ 316.505 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.						
			14. RECEITAS DIFERIDAS		2023	2022			
			Imobilizado - contrato de gestão		5.321.247	5.750.355			
			Intangível - contrato de gestão		45.423	45.423			
			Total investido em ativo		5.366.670	5.795.778			
			Depreciação/amortização acumulada		(3.748.881)	(3.549.822)			
			Total imobilizado/intangível líquido		1.617.789	2.245.956			
			Saldo para investimento		378.840	89.725			
			Recursos a receber de investimentos		-	-			
			Total		1.996.629	2.335.681			
			15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		2023	2022			
			Serviços de gestão		(740.557)	(2.260.533)			
			Energia elétrica		(1.995.154)	(1.626.142)			
			Aluguel de máquinas		(448.016)	(356.750)			
			Manutenção e conservação		(19.879)	(77)			
			Viagens e hospedagem		(1.190.621)	(872.679)			
			Fretes e carretos		(158.115)	(122.063)			
			Outros		(296.622)	(251.171)			
			Total		(4.848.964)	(5.489.415)			
			16. RENÚNCIA FISCAL		A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade de dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.				
			Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT		3.379.825	3.401.352			
			INSS		3.379.825	3.401.352			
			COFINS		1.689.902	1.533.313			
			COFINS		1.689.902	1.533.313			
			Total		5.069.727	4.934.665			
			17. COBERTURA DE SEGUROS		Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.				
			18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.				
					2023	2022			
			Aplicações financeiras de liquidez imediata		244.803	523.949			
			Contas a receber		6.694.453	6.694.453			
			Total ativos financeiros		6.939.256	7.218.402			
			Fornecedores		5.929.453	3.983.983			
			Total passivos financeiros		5.929.453	3.983.983			
			19. GESTÃO DE RISCOS		A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: i. Riscos de Liquidez As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender				
			Continuação..						

Continuação..

seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou

contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 002/SESPA/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões

adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 21 de março de 2024. Brevés - PA, 11 de Março de 2024.

Cledes Aparecido da Silva Diretor Executivo
CPF: 040.243.658-00
Jimmy Bryan de Castro Brevés Contador
CRC PA-020736/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Regional do Marajó - HRM Brevés - PA **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional do Marajó, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Regional do Marajó, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESPAs como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESPAs. Em 31 de dezembro de 2023, o Hospital possuía excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.707.532. Estas de-

monstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. ii) Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional do Marajó está vigente até 21 de março de 2024, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPAs não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado a totalidade de eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceita fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis iv) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. (v) Conforme descrito na nota explicativa 3.m, chamamos a atenção ao fato de a Administração do Hospital optou em reconhecer o valor remanescente do contrato de gestão em contas de ativo e passivo circulantes para apresentação do volume de contrato sob sua responsabilidade. A Administração optou em não reapresentar os saldos de 2022, aplicando a política contábil de forma prospectiva, entretanto, na referida nota explicativa, apresenta os efeitos do reconhecimento do ativo (contas a receber) e passivo (obrigações de execução) caso fossem reapresentados. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 02 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes exis-

tentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 11 de março de 2024.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/0-2
Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/0-6